

CONDICIONANTES DO TRABALHO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE PARA O RIO GRANDE DO SUL

Fernanda Dachi Carretts
Doutoranda em Economia Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada
(PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Rio grande do sul, RS, Brasil.

Jonatas de Oliveira
Mestre em Economia Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada
(PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Márcio Nora Barbosa
Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Gabrielito Menezes
Professor do Departamento de Ciências Sociais e Agrárias (DCSA) da
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

RESUMO – O trabalho infantil constitui um grave problema expondo crianças e jovens a tipos de atividades, muitas vezes desumanas, que podem prejudicar tanto seu desenvolvimento físico como mental, além de dificultar o acesso à escolaridade. E tudo isso resulta em um atraso no desenvolvimento e crescimento econômico do país, que se torna carente em capital humano qualificado. A legislação brasileira proíbe o trabalho infantil, mas os dados demonstram que mesmo que os índices de trabalho estejam diminuindo, este ainda está presente. O presente trabalho tem como objetivo analisar a literatura e estimar os determinantes do trabalho infantil para crianças de 5 a 14 anos de idade no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil. Sendo assim, estimou-se um modelo *probit* utilizando dados das PNAD's de 2005 e 2015. As variáveis utilizadas no modelo seguem um conjunto de aspectos que foram analisados na revisão de literatura. Os principais resultados evidenciaram que o sexo e a idade da criança impactam positivamente a ocorrência do trabalho infantil. Já a escolaridade dos pais apresentou um efeito negativo e a variável localização mostrou que a criança que reside na zona rural tem maiores chances de trabalhar que uma que mora na zona urbana.

Palavras-chave: Trabalho Infantil, Determinantes no Rio Grande do Sul, Modelo *Probit*.

CONDITIONERS OF THE WORK OF CHILDREN AND ADOLESCENTS: NA ANALYSIS FOR THE RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT – Child labor is a serious problem, exposing children and young people to types of activities, often inhuman, that can impair both their physical and mental development, and hinder access to schooling. This results in a delay in the development and economic growth of the country, which becomes devoid of qualified human capital. Brazilian legislation prohibits child labor, but the data show that even though labor rates are declining, labor is still present. The present study aims to analyze the literature and estimate the determinants of child labor for children from 5 to 14 years of age in the State of Rio Grande do Sul and Brazil. Thus, a *probit* model was estimated using data from the 2005 and 2015 PNADs. The variables used in the model follow a set of aspects that were analyzed in the literature review. The main results showed that the sex and age of the child positively impact the occurrence of child labor. On the other hand, the parents' schooling had a negative effect and the location variable showed that the child who lives in the rural area is more likely to work than one who lives in the urban area.

Keywords: Child Labor, Determinants in Rio Grande do Sul, *Probit* Model.

INTRODUÇÃO

A exploração da mão de obra infantil não é uma questão recente no mundo, ela já vem presente antes mesmo da Revolução Industrial. Foi na sociedade industrial que surgiu uma

maior preocupação relacionada com a entrada precoce de crianças no mercado de trabalho. Conforme Canamaro e Oliva (2002), quando ainda não existiam leis para amparar o menor, e justamente no período em que foi amplamente utilizada a mão de obra infantil e feminina devido a justificativa de suas habilidades ágeis e baixo custo da mão de obra, começou uma conscientização sobre a exploração infantil. Remontando das origens da colonização portuguesa e a consolidação do regime escravagista no Brasil, os primeiros a sofrerem com a exploração do trabalho infantil foram os indígenas e negros estabelecendo, desde já, uma desigualdade social no país. A transformação para uma economia capitalista manteve ainda essa antiga estrutura, com uma presença considerável de crianças ingressando precocemente no mercado de trabalho ao longo do século XX, acrescenta o autor.

Segundo as estimativas apresentadas no Relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) de 2015, 168 milhões de crianças em todo o mundo realizam trabalho infantil representando cerca de 11% da totalidade da população infantil. Mesmo apresentando uma considerável diminuição nesses valores a cada ano, o trabalho infantil ainda continua presente em todo o mundo. A intervenção de diversos atores e ações em diversos níveis foi relevante para a diminuição nos atuais índices de exploração de mão de obra infantil.

Os dados da PNAD 2015 mostraram que 2,7 milhões de crianças e adolescentes na faixa de 5 a 17 anos de idade estão trabalhando no Brasil. Comparando com o ano de 2014, houve uma redução de 19,8% no número de crianças e adolescentes trabalhadores o que representa cerca de 659 mil a menos nesta condição. No intervalo de 5 a 13 anos de idade havia 412 mil crianças exercendo alguma atividade laboral, ou seja, dos 2,7 milhões de pessoas ocupadas entre 5 e 17 anos, 15,4% representam pessoas em situação de trabalho infantil.

O trabalho infantil pode causar privações no desenvolvimento físico e mental da criança e do adolescente, além de muitas vezes restringir o acesso à educação e assim impossibilitando o desenvolvimento do capital humano. Como conscientização desse problema muitos países têm criado leis e restrições ao trabalho infantil estipulando idade mínima, proibindo algumas atividades, estipulando um limite de carga horária e condições adequadas para o trabalho.

Canamaro e Oliva (2002) salientam que o trabalho infantil não é apenas resultado de desigualdade social, mas também de fatores econômicos e culturais. Há culturas que justificam a exploração da mão de obra infantil como meio de fuga do ócio e da marginalidade. E sempre existem caminhos de escapar das leis, como o trabalho doméstico e rural que são de difícil fiscalização, além de serem considerados trabalhos de alto risco para as crianças e os trabalhos informais que abrangem um número grande de crianças vendendo produtos na rua e recolhendo material para reciclagem.

Kassouf (2005) enfatiza que o interesse de pesquisas e análises econômicas sobre trabalho infantil foi negligenciado durante um bom período e só foi retomado devido a grande preocupação

com a redução da pobreza e na questão de acumulação de capital humano a fim de obter desenvolvimento, visto que o trabalho infantil pode ser um obstáculo para o processo econômico. É foco de pesquisa em diversas áreas de estudos sociais, políticos e econômicos. Pesquisas que comprovam a influência negativa do trabalho infantil na vida adulta da criança em diversos fatores.

Neste sentido, este trabalho tem a finalidade de verificar os fatores determinantes para o trabalho infantil de crianças de 5 a 14 anos de idade no Estado do Rio Grande do Sul, calculados a partir de dados da PNAD de 2005 e 2015. Especificamente, espera-se identificar os fatores determinantes para explicar o trabalho infantil no Rio Grande do Sul, nos anos analisados e analisar possíveis alterações nesses determinantes entre os dois períodos. Deste modo, justifica-se este estudo pela necessidade de aperfeiçoar o entendimento sobre o tema com intuito de contribuir para ações de políticas públicas que melhor contribuam para erradicação do trabalho infantil e melhoria da qualidade de vida das famílias.

Além desta introdução, o presente artigo é composto de uma revisão de literatura, uma seção com a metodologia utilizada, seguida da descrição e análise dos resultados, e terminando com as considerações finais.

REVISÃO DE LITERATURA

O Ministério Público Brasileiro, através de seu Manual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, conceitua como trabalho infantil todo o trabalho realizado por pessoas que tenham menos da idade mínima permitida para trabalhar, com intuito de obter renda para o próprio sustento ou para incrementar o sustento da família.

Cada país tem sua lei própria para classificar o trabalho infantil. No Brasil, por exemplo, de acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, é proibido qualquer tipo de trabalho para crianças e adolescentes entre zero e 13 anos; a partir dos 14 anos pode-se trabalhar como a condição de jovem aprendiz e dos 16 anos 18 anos de idade, de acordo com a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de Dezembro de 1998, as atividades laborais são permitidas, desde que não sejam realizadas em período noturno, não sejam insalubres ou perigosas e não façam parte da lista das piores formas de trabalho infantil, fixadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) na convenção de número 182.

Reconhecendo o Brasil como pioneiro nas políticas de prevenção e erradicação do trabalho infantil desde a década de 1990 através da aplicação das disposições das Convenções 138 e 182 da OIT. A Convenção nº 138 (Decreto nº 4.134 de 15 de fevereiro de 2002) fixou a idade mínima para trabalho como não sendo inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória ou idade mínima de 14 anos. Já a convenção nº 182 (Decreto nº 3.597 de 12 de setembro de 2000) qualificou as piores formas de trabalho infantil abrangendo trabalhos de escravidão, prostituição e prejudiciais à saúde, além de medidas para sua erradicação.

Sobre as piores formas de trabalho infantil, em Filho et al. (2013), temos como exemplo o trabalho doméstico, que atinge principalmente as meninas, e é de difícil fiscalização e de grandes riscos físicos para a criança. As atividades informais como tráfico de drogas, coleta e seleção de lixo, comércio ambulante, etc., estão totalmente vinculados a evasão escolar e a falta de oportunidades formais no mercado de trabalho. Assim como vários autores salientam que a visão do trabalho no campo é muito cruel, sendo que as estimativas mostram que as crianças envolvidas na agricultura familiar são as que começam a trabalhar mais precocemente e estão vulneráveis a muitos riscos. Outra forma cruel de trabalho levantada é a prostituição de menores, no qual a criança é tratada como objeto comercial o que geraria danos irreparáveis a saúde mental e física da criança.

Segundo Cecílio (2004), o Brasil tem umas das mais completas Constituições Federais, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é reconhecido mundialmente como um dos mais bem estruturados. Mas salienta a ineficiência de aplicação dessas leis, que muitas vezes não são postas em prática, prejudicando a condição de vida dos trabalhadores infantis submetidos a condições precárias de degradação humana.

Citando algumas medidas contra o trabalho infantil, a partir de Filho et al. (2013) temos os exemplos dos países formadores do Cone Sul: o Chile, que em 1996 através do Ministério do Trabalho e da Previdência Social assumiu o compromisso de formular um Plano Nacional de Ação para erradicar o trabalho infantil; no Paraguai, em 2002, foi instituída dentro do Ministério da Justiça e do Trabalho, a CONAETI (*Comisión Nacional de Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo de los/las Adolescentes*) com a meta de elaborar propostas e coordenar as políticas nacionais sobre a erradicação do trabalho infantil; no Uruguai foi criado o CETI, *Comité Nacional para La Erradicación del Trabajo Infantil*; na Argentina também foi criada uma comissão com caráter interministerial e presidida pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social; e no Brasil veremos mais à frente alguns programas sociais para erradicação do trabalho infantil feitos no país.

PROGRAMAS SOCIAIS

Kassouf (2002a) mostra que muitas vezes o rendimento provindo do trabalho infantil é fundamental para o sustento familiar e constata que proibir o trabalho infantil não seria a maneira mais eficaz para solucionar este problema, já que muitas vezes a criança trabalharia por necessidade de manter a renda familiar.

Para minimizar essa questão o governo brasileiro implantou programas para incrementar a renda familiar de famílias carentes, com o condicionante de manter as crianças na escola. Mesmo não tendo como foco direto a eliminação do trabalho infantil eles têm gerado bons resultados quanto à diminuição do número de crianças trabalhadoras no país, segundo os dados do IBGE.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Programa Bolsa Família, por exemplo, beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza com a transferência direta de renda. E através de seus condicionantes, proporciona um melhor acesso aos serviços públicos e garante o desenvolvimento das famílias, tirando-as de uma faixa de alta vulnerabilidade. Kassouf (2002a) mostra que, mesmo que o Bolsa Família não seja um programa de erradicação do trabalho infantil, acaba contribuindo para a redução de crianças no mercado de trabalho e aumenta as taxas de frequência escolar no Brasil. Araújo (2010) também mostrou que o programa conseguiu bons resultados quanto ao trabalho infantil, comprovando que o número de crianças reduziu com a implantação do programa, independente de gênero e região do país que a criança vive.

Outro Programa do Governo Federal é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que articula medidas para retirar crianças e adolescentes do trabalho precoce, considerado penoso, insalubre, perigoso ou degradante, também através de transferência de renda para famílias mais carentes. O programa atua de forma articulada com estados e municípios realizando campanhas e audiências públicas para esclarecer e mobilizar os brasileiros sobre o problema do trabalho infantil. Os potenciais beneficiários são aquelas famílias com filhos de 7 a 14 anos que trabalham em atividades prejudiciais à saúde e à integridade física e que estão em situação de extremapobreza.

Mas Kassouf (2002a) levanta uma reflexão de que estes programas podem causar uma espécie de comodismo ou dependência, pois os membros adultos das famílias podem entrar em uma situação de conforto e trabalharem menos. Além disso, critica a infraestrutura do país que apresenta um número inadequado e insuficiente de escolas ou então as péssimas localizações destas, prejudicando o acesso das crianças ao estudo e dificultando o funcionamento dos programas sociais.

Segundo Neri e Costa (2010), o Brasil investe bastante em questões sociais, mas investe mal. Sendo assim, seus efeitos são superficiais sobre as condições de vida da população mais pobre, foco dos programas sociais, e deixará poucos resultados a longo prazo para o país. E lembra que a alocação de tempo das crianças constitui um determinante das condições da economia de um país, ou seja, um país que cuida das suas crianças através de políticas sociais, por exemplo, possibilita melhores condições no futuro.

Estudando o Programa Bolsa Escola, Ferro (2003) propõem que crianças que trabalham e estudam, ao começar a receber os benefícios do programa, diminuem sua carga horária de trabalho, mas não saem do mercado de trabalho. Elas podem então alocar esse tempo para atividades escolares, além de incrementar a renda com o valor recebido da bolsa. Já na visão das crianças que apenas trabalham e não estudam comprovou que o custo de oportunidade dessa criança no mercado de trabalho, representado pelo seu salário, não é compensado pelo valor do benefício. Indicando essa como uma falha do programa, que não consegue atingir de forma

consistente o público-alvo. Concluindo que o programa ajuda na diminuição das horas de trabalho das crianças, mas não teria efeito direto na decisão de trabalhar ou não.

DETERMINANTES DA OFERTA

Muniz (2010) considera o trabalho infantil resultado de vários fatores. E entender como e o porquê estes fatores são determinantes para a oferta de mão de obra infantil é essencial para entender o fenômeno e propor alternativas para erradicá-lo. Evidência que a maioria dos fatores são internos, ou seja, provém da própria unidade familiar da criança, mas também teriam fatores externos como: baixa qualidade educacional, dificuldade de acesso, entre outros.

Basu e Tzannatos (2003) pressupõe que a pessoa que recebe mais educação quando criança acumula assim mais capital humano para a vida adulta. Mas salienta que é possível acumular qualificações por conta do trabalho infantil, no Brasil, por exemplo, na situação de jovem aprendiz, permitindo a aprendizagem e qualificação de outra forma de capital humano, e não só aquele ligado apenas a quantidade de tempo gasto com ensino das crianças.

Segundo Schwartzman (2004), um dos focos do Ministério da Educação é a questão da defasagem idade-série, na qual o Brasil apresenta um dos piores índices de repetência no mundo. E através de dados retirados da PNAD 2002 revela que o atraso é generalizado e que como os índices de repetência crescem com o aumento da idade das crianças, com 10 anos representou um atraso de meio ano na vida acadêmica e aumentando para um ano e meio aos 14 anos de idade e só sofria redução quando os que já trabalhavam e estavam atrasados acabavam abandonando a escola.

Quanto à diferença na relação de acesso à escola entre crianças que trabalham ou não no Brasil, Kassouf (2002a), chegou a resultados que mostram que os percentuais de escolaridade de ambos os grupos são altos (mais de 90%). A defasagem média de anos de escolaridade de crianças que trabalham e crianças que não trabalham apresentou valor menor que um ano.

Bezerra (2006) utiliza uma análise de regressão para estimar o efeito do trabalho infantil na escolaridade dos alunos avaliados pela pesquisa do SAEB de 2003 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Aplicando o método de mínimos quadrados e tendo como variável dependente as notas de Língua Portuguesa e Matemática, investiga como o desempenho, as condições de trabalho e do ambiente de trabalho influenciam no nível educacional dos alunos. Indicando um efeito negativo do trabalho no desempenho escolar dos alunos, mostrando um maior rendimento nas notas dos alunos que não trabalham. E, dos que trabalham, mostra um menor prejuízo de desempenho escolar quando o trabalho é considerado domiciliar.

Há a hipótese de um efeito inverso, ou seja, de que a ausência de escolas leve ao trabalho infantil. Nas áreas rurais e periferias a oferta educacional ainda é baixa, ou então

apresentam condições precárias, assim desmotivando as crianças de participar da vida acadêmica na escola. E assim levaria muitas crianças à opção de trabalhar como a única alternativa razoável, gerando renda, e fugindo da ociosidade (SCHWARTZMAN, 2004). Esta hipótese corrobora a ideia geral de que a principal concentração do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil se dá nas zonas rurais das regiões Sul e Nordeste.

Santos e Portela (2010) utilizaram duas variáveis educacionais para avaliar a influência da educação no trabalho infantil: a escolaridade média dos professores do ensino público, para captar efeitos referentes à qualidade do ensino; e um indicador de oferta educacional, para captar os efeitos da quantidade ofertada do mesmo. Tanto a variável escolaridade média dos professores quanto à oferta educacional apresentou resultados indicando que uma maior escolaridade dos discentes/maior oferta educacional está associada a uma maior probabilidade de o menor somente estudar.

Basu e Tzannatos (2003) evidencia a ideia de propagação do trabalho infantil, conceituando como se fosse uma herança de geração a geração, ou seja, que pais que trabalharam quando crianças teriam mais chances de colocar seus filhos no mercado de trabalho. Partindo da ideia de que pais que não trabalharam quando crianças conseguiram acumular mais capital humano e, conseqüentemente, usufruem de maior renda na fase adulta, não necessitando assim, expor seus filhos ao trabalho infantil.

Kassouf (2002a), através de modelos *probit*, analisou a probabilidade, em zonas rurais e urbanas, da criança trabalhar e frequentar a escola mostrando que a questão familiar também tem efeito sobre isso, ou seja, comprovou que a escolaridade dos pais tem efeito de reduzir a probabilidade de as crianças trabalharem e aumentar a de estudarem. Mostrando também a diferença conforme o sexo, a escolaridade do pai influencia mais a escolaridade de filhos homens e a escolaridade da mãe tem mais peso sobre a escolaridade das filhas mulheres.

Analisando o impacto que o sexo do chefe da família tem sobre a alocação de tempo dos menores, Santo e Portela (2010), constatou que nas famílias com chefes do sexo feminino é menor a probabilidade de apenas estudar e maior de estudar e trabalhar se comparadas a famílias em que o chefe é do sexo masculino.

Resultados do modelo *probit* binomial analisado sobre a variável tamanho do domicílio, que afetaria a frequência escolar das crianças, mostrou que um número maior de irmãos mais novos teria um efeito positivo para o trabalho infantil e negativo para o acesso à escola, tanto na zona urbana quanto rural. E aponta que, diferente de outros países, no Brasil, o número de irmãos mais velhos não ficou totalmente claro quanto à relação de diminuição do trabalho das crianças, ou seja, eles não agiriam como substitutos de mão de obra dos irmãos mais novos. Já no modelo *logit* multinomial essa questão do irmão mais velho apresentou efeito positivo, um aumento do número de irmãos mais velhos aumentaria a probabilidade de a criança não trabalhar, concluindo

que a presença de irmãos mais velhos pode permitir a maior escolaridade dos irmãos mais novos, além de reduzir a entrada deles no mercado de trabalho (KASSOUF, 2002b).

Na literatura se destaca que a renda é um dos principais motivos que levam crianças e adolescentes a entrarem no mercado de trabalho logo cedo. A contribuição da renda das crianças na renda familiar foi bem significativa segundo resultados analisados na pesquisa de Kassouf (2002a) mostrando que em 35% das famílias de zonas urbanas e em 46% das famílias zonas rurais, esta contribuição foi maior que 20%; e em alguns casos chegando a 50% de importância do rendimento infantil para o sustento familiar. Uma justificativa para valores tão elevados seria o desemprego e a ausência do pai dentro dessas famílias.

Ocorrendo predominância de trabalho infantil em atividades agrícolas na zona rural de crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos de idade, e à medida que a idade aumenta as atividades no mercado de trabalho na zona urbana ganham maior domínio, segundo Schwartzman (2004).

A remuneração oferecida pelo mercado de trabalho é maior para o sexo masculino, o que gera um custo de oportunidade maior de frequentar a escola para os meninos, se relacionado às meninas. Ou seja, meninas teriam, portanto, mais probabilidade de frequentar a escola. Outro resultado apresentado pela diferença entre meninos e meninas é de que a probabilidade de a menina somente estudar ou então não trabalhar e não estudar é maior do que para os meninos (SANTOS; PORTELA, 2010).

Existe uma forte relação entre idade e rendimento. Em 2002, 88% das crianças de 10 anos, que realizavam alguma atividade de trabalho, não recebiam nada ou os ganhos eram bem irrisórios. Aos 17 anos os índices dos sem rendimento caía para 25% e ocorria um aumento dos rendimentos se comparado aos ganhos pela faixa etária de 10 anos, segundo Schwartzman (2004). Através de dados mostrando quando o indivíduo adulto começou a trabalhar foi observado que esses percentuais de rendimento são menores nas zonas rurais que nas urbanas. E mesmo controlando a escolaridade, atividades de trabalho, idade, região, situação do domicílio, etc., a análise de adultos indica que quanto mais cedo o indivíduo entra no mercado de trabalho, menor será seu salário na vida adulta.

Realizando uma análise estatística da influência do trabalho infantil sobre a renda futura de indivíduos de 18 a 70 anos, na região Nordeste do Brasil, Lopes (2010) encontrou altos percentuais de trabalho infantil entre os indivíduos, fato que resultou em uma baixa escolaridade dos mesmos e uma menor renda futura em comparação aos indivíduos que não entraram precocemente no mercado de trabalho.

Para captar a influência na renda futura dos indivíduos das zonas rurais das regiões brasileiras que ingressaram precocemente no mercado de trabalho, Gisléia e Raul (2014)

realizaram um estudo para as regiões Nordeste e Sul do Brasil, obtendo diferenças nos resultados entre as regiões. Na região Nordeste, o impacto do trabalho infantil sobre a renda do indivíduo na fase adulta foi considerado maior que para o Brasil, independentemente do nível de renda, embora o impacto tenha se mostrado maior para níveis de renda menores. Já as estatísticas para a região Sul seguem a mesma tendência que para o Brasil: indivíduos com baixo nível de renda tendem a serem mais afetados pelo trabalho infantil. Porém, foi comprovada uma especificidade na região Sul de que os indivíduos que detêm um nível mais elevado de renda não têm uma relação da condição de trabalho infantil na renda futura.

A renda domiciliar *per capita* tem importante papel na questão do trabalho infantil, conforme estudo realizado por Shirley (2011), que concluiu que a renda domiciliar *per capita* e a probabilidade de trabalho infantil tem uma relação inversa. Os resultados mostram que crianças oriundas de famílias monoparentais (sob comando da mãe) estão mais dispostas ao trabalho do que aquelas de domicílio biparentais (sob a responsabilidade do pai) e com renda similar, diferença que só foi eliminada em níveis mais elevados de renda. Cabe também salientar que o número de crianças no domicílio afeta a variável renda domiciliar *per capita*, ou seja, um número maior de membros na família faz com que a renda *per capita* sofra uma diminuição e, assim a família se torna mais vulnerável economicamente.

DETERMINANTES DA DEMANDA

A literatura existente considera a demanda de mão de obra infantil um problema constituído por vários fatores. A tentativa de entender por que esses fatores resultariam na ocorrência de trabalho infantil é fundamental para entender sobre a entrada precoce de crianças no mercado de trabalho.

Segundo Canamaro e Oliva (2002), a sociedade reconhece que o trabalho infantil é prejudicial ao desenvolvimento infantil, mas se acomoda diante de atividades consideradas habituais, tais como trabalhos domésticos, serviços realizados em zonas rurais, trabalhos no comércio informal, entre outros. Salientando que, com base em fatores socioeconômicos, o trabalho infantil é aceito e incentivado pela cultura de que ele engrandeceria a pessoa, afastando-a das ruas e gerando algum tipo de experiência, assim criando uma forma de incentivo aos tipos de exploração infantil.

Uma das ambições das empresas é sempre garantir a maximização do lucro. Sabemos que para se atingir essa maximização é necessária uma combinação de fatores como terra, capital, matéria-prima e mão de obra, de modo que o capitalista tenha o desafio de achar a melhor e mais rentável alocação desses fatores. Muniz (2008) argumenta sobre essa situação afirmando que os custos de utilizar a mão de obra infantil são mais baixos que da mão de obra adulta, sendo assim, quanto maior for o salário pago para a mão de obra adulta supostamente maior será

a busca por parte da firma por trabalho infantil. Assim, um aumento dos salários de indivíduos adultos incentivaria a procura por mão de obra infantil, visto que seria mais vantajoso para a empresa, pois diminuiria os custos com salários.

Wahba (2001) *apud* Muniz (2008) comprovou em pesquisa realizada no Egito que a relação salário do indivíduo adulto e trabalho infantil não se confirma. Muniz (2008) justifica que a contratação de mão de obra infantil por parte das empresas pode ocasionar diversos transtornos, pois ela é ilegal e pode gerar multas e processos, elevando os custos da empresa. Sendo assim, o custo do trabalho infantil acabaria sendo mais pesado do que a contratação de indivíduos adultos.

Dal-Rosso e Resende (1982) *apud* Muniz (2008) argumentam que algumas atividades só podem ser realizadas por crianças graças as suas “habilidades insubstituíveis”, como a agilidade que possuem devido ao seu pequeno porte, permitindo, por exemplo, o trabalho em minas onde são realizados trabalhos de escavação; e pelos chamados “*nimblefingers*”, que diz respeito aos pequenos dedos das crianças, muito requisitados para realizar atividades manuais. Outro fator que foi levantando pelo autor é o fato das crianças terem uma menor capacidade de organização para lutar pelos seus direitos trabalhistas e humanos quando estes são violados.

METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentadas as especificações do Modelo *Probit*, utilizado para alcançar os objetivos propostos por este trabalho, além de uma descrição do banco de dados e das variáveis analisadas.

ESPECIFICAÇÃO DO MODELO PROBIT

Na linha proposta pelo trabalho torna-se relevante investigar de que forma cada uma das características relacionadas as crianças e adolescentes influenciam a probabilidade de os mesmos trabalharem. Dessa forma, será utilizado o modelo de escolha binária do tipo *probit* para a análise do processo de trabalho infantil, cuja variável dependente será definida pela presença ou não de trabalho infantil.

Os resultados binários são estimados geralmente por máxima verossimilhança porque a distribuição dos dados é feita pelo modelo de Bernoulli. Se a probabilidade de um resultado é igual a P , então a probabilidade do outro resultado deve ser $(1 - P)$ (CAMERON; TRIVEDI, 2005).

Ligação entre a variável observada e a variável latente y_i^* é dada por:

$$y_i = 1 \text{ se } y_i^* > 0 \text{ se a criança trabalha;} \\ = 0 \text{ se } y_i^* \leq 0 \text{ caso contrário.}$$

O modelo de regressão é formado para parametrizar a probabilidade P de dependência do vetor de regressão x e um vetor $K \times 1$ de parâmetros β . A probabilidade condicional é dada pela:

$$P_i = Pr [y_i=1/x] = F(X_i' \beta)$$

Onde $F(\cdot)$ é uma função de distribuição cumulativa que é capaz de garantir $0 \leq p \leq 1$.

No modelo, com variável latente não observável, assumimos que o erro é independente de X e que tem distribuição normal padrão com média zero e variância constante. Logo e será distribuído simetricamente ao redor de zero. O modelo *probit* é tido como não linear pelo fato de ser uma função não linear dos parâmetros β . Para a estimação de modelos não lineares, não é apropriado o princípio de mínimos quadrados.

Analizadas as especificações do modelo, este trabalho se propõe a comparar a probabilidade de ocorrência da inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho a partir das variáveis determinantes utilizadas no estudo. Assim será verificada a relevância das variáveis condicionantes, escolhidas conforme o desenvolvimento teórico realizado na seção anterior, na inserção precoce de mão de obra infantil. Resultados que serão obtidos através da estimação do modelo *probit*, tendo como variável dependente a condição de trabalho infantil (trabalha ou não trabalha), e como variáveis explicativas as informações sobre o *background* familiar, características do domicílio e do local de moradia.

Hill (2010) e Wooldridge (2013) expõem que o modelo permite estimar a influência das variáveis explicativas na realização da escolha binária da variável dependente, representada por uma *dummy* que assume valores de um ou zero. O modelo emprega uma função de distribuição acumulada de uma variável aleatória normal padrão, sendo assim a probabilidade de ocorrência do evento pertence ao intervalo $[0,1]$, permitindo verificar a probabilidade de uma criança entrar no mercado de trabalho, de acordo com as características apresentadas. Além de captar e estimar a influência na variação, caso ocorra, em uma unidade de alguma das variáveis explicativas, *coeteris paribus*, obtendo assim os efeitos marginais destas variáveis no modelo.

FONTE DE DADOS E DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Tendo em vista que o trabalho tem como objetivo analisar a existência de trabalho infantil e seus determinantes no Rio Grande do Sul utilizou-se como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para os anos de 2005 e 2015, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD é divulgada anualmente pelo IBGE e foi implantada para suprir a falta de informações sociais, econômicas e demográficas das famílias brasileiras, assim permitindo a realização de estudos sobre o desenvolvimento socioeconômico do país.

O período estudado tem a intenção de captar se há mudanças entre os fatores determinantes no trabalho infantil durante a década analisada. Os dados utilizados referem-se ao Brasil e em específico ao Estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2005 e 2015, e a amostra ficou limitada a crianças na faixa etária de 5 a 14 anos. Em 2005, o número de crianças trabalhando com idade de 5 a 14 anos no Brasil, foi cerca de 1,99 milhões, sendo que deste total em torno de 108 mil encontravam-se no Rio Grande do Sul, já em 2015, o número de crianças trabalhando no Brasil reduziu para um pouco mais de 520 mil, sendo deste total mais de 28 mil crianças estavam trabalhando no Estado do Rio Grande do Sul.

A escolha das variáveis explicativas tem como base a literatura estudada e apresentada neste texto. Começando com as variáveis relacionadas as características das crianças, temos a variável *id criança* que pretende capturar o efeito da idade da criança sobre a escolha do indivíduo de trabalhar; a variável *sexo* é uma variável binária que pretende avaliar o efeito do gênero sobre a escolha do indivíduo e a variável *raça* é uma variável binária que tenta analisar se a cor do indivíduo é relevante na decisão da criança entrar no mercado de trabalho.

Observando características do *background* familiar analisamos o número de componentes na residência com a variável *n compom*, que pretende captar o efeito da quantidade de moradores no domicílio na incidência de trabalho infantil. A variável logaritmo da renda *lnrenda* foi introduzida no modelo levando em consideração a renda *per capita* da família. A variável *area_urbana* indica se a família reside em uma área urbana ou rural. Para captar características dos pais utilizamos as variáveis *idade_peidade_m* que tentam captar se a idade dos pais causa algum efeito na decisão da criança entrar no mercado de trabalho ou não. Por fim, as variáveis *irmao_0_4* e *irmao_15_17* tentam buscar se existe efeito da presença de irmãos mais novos e mais velhos, respectivamente na decisão da criança. As informações utilizadas para formar as variáveis podem ser visualizadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Descrição das variáveis utilizadas na estimação do modelo econométrico

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO
<u>Variável independente:</u> Trabalho infantil (<i>trabinf</i>)*	0 , se não trabalhar. 1 , se trabalhar.
<u>Variáveis dependentes:</u> Faixa de idade (<i>idcriança</i>)*	0 , se for entre 5 e 9 anos 1 , se for entre 10 e 14 anos
Sexo (<i>sexo</i>)*	0 , se formulher 1 , se forhomem
Raça (<i>raça</i>)*	0 , caso contrário 1 , se for branca
Número de componentes da família (<i>n_compom</i>)	Número de pessoas que residem no domicílio
Logaritmo da renda (<i>lnrenda</i>)	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> , em logaritmo
Local de moradia (<i>area_urbana</i>)*	0 , se for zona rural 1 , se for zona urbana
Idade do pai (<i>idade_p</i>)	Anos de idade do pai
Idade da mãe (<i>idade_m</i>)	Anos de idade da mãe
Irmãos de 0 a 4 anos (<i>irmão_0_4</i>)*	0 , se não houver irmãos entre 0 e 4 anos de idade 1 , se houver irmãos entre 0 e 4 anos de idade
Irmãos de 15 a 17 ano (<i>irmão_15_17</i>)*	0 , se não houver irmãos entre 15 e 17 anos de idade 1 , se houver irmãos entre 15 e 17 anos de idade

NOTA: * variáveis *dummies*.

FONTE: Elaborado pelos autores.

Para conhecer os fatores que determinam o trabalho de crianças de 5 a 14 anos de idade no Estado do Rio Grande do Sul foi utilizado o modelo *probit* e a escolha das variáveis têm como base as características do indivíduo, da família e do domicílio. A Tabela 1 mostra as médias das variáveis utilizadas no modelo.

Tabela 1– Descrição das variáveis utilizadas nas equações estimadas, mínimo, máximo, média e desvio-padrão (2005-2015)

Variáveis	2005						2015					
	Observações		Média		Desvio P.		Observações		Média		Desvio P.	
	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
<i>sexo</i>	29.891	396.133	0,48	0,49	0,50	0,50	25.009	344.865	0,48	0,49	0,50	0,50
<i>branca</i>	29.891	396.133	0,83	0,45	0,37	0,50	25.009	344.865	0,80	0,41	0,40	0,49
<i>idcrianca</i>	5.931	88.672	0,51	0,50	0,50	0,50	3.793	61.207	0,54	0,52	0,50	0,50
<i>idade_p</i>	29.891	396.133	37,01	36,19	21,39	25,69	25.009	344.865	37,99	36,79	23,18	23,16
<i>escolarida~p</i>	24.386	318.841	7,07	5,96	4,02	4,47	19.805	270.477	8,17	7,41	4,11	4,57
<i>idade_m</i>	29.891	396.133	41,73	40,92	16,58	20,64	25.009	344.865	43,71	42,54	18,04	17,90
<i>escolarida~m</i>	28.478	377.849	7,10	6,23	4,09	4,47	23.451	323.894	8,49	7,91	4,21	4,57
<i>lnrenda</i>	29.671	392.711	5,83	5,43	0,92	1,01	24.876	343.465	6,79	6,43	0,83	0,93
<i>area_urbana</i>	29.891	396.133	0,86	0,83	0,34	0,37	25.009	344.865	0,89	0,85	0,31	0,36
<i>n_compom</i>	29.891	396.133	3,56	3,93	1,49	1,66	25.009	344.865	3,24	3,53	1,35	1,49
<i>dom_cri_0_4</i>	29.891	396.133	0,33	0,42	0,63	0,70	25.009	344.865	0,25	0,30	0,52	0,57
<i>dom_cri_1~17</i>	29.891	396.133	0,23	0,29	0,48	0,55	25.009	344.865	0,20	0,24	0,45	0,50

FONTE: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PNAD 2005 e 2015.

Conforme a Tabela 1 observa-se que para o ano de 2005, no Rio Grande do Sul, em média 48% dos indivíduos da amostra são do sexo masculino e 83% são declarados brancos com uma família, em média, composta por 3,56 membros. A idade média da mãe e do pai fica em torno de 40 anos de idade e localizados, predominantemente, na área urbana (86%).

Em 2015 os indivíduos apresentaram um perfil semelhante ao período analisado anteriormente: em média, 48% dos indivíduos são do sexo masculino e 80% da cor branca com famílias de 3,24 membros. A idade do pai e da mãe fica na média de 40 anos de idade e quase 90% residem na área urbana.

RESULTADOS

Nesta seção são descritos os resultados obtidos no ajustamento do modelo *probit* para crianças na faixa etária de 5 a 14 anos de idade nos anos de 2005 e 2015 para o Estado do Rio Grande do Sul, alvo de análise deste trabalho, assim como para o Brasil. Os resultados são apresentados em efeitos marginais para os dois anos analisados, e são apresentados na Tabela 2.

Para verificar se o modelo possui um bom ajustamento, foram feitos testes como o de *McFadden's R2*, que obteve, para o ano de 2005, valores entre 0,214 (Brasil) e 0,282 (RS); e, para o ano de 2015, valores entre 0,146 (Brasil) e 0,153 (RS). O teste LR rejeita a hipótese que o modelo restrito é igual ao modelo completo para todos os modelos. E por último o teste *Count R2* traz como resultado, para o ano de 2005, valores entre 95% (Brasil) e 95,9% (RS), assim como, para

2015, valores entre 98,4% e 98,6% respectivamente para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, das observações são previstas pelo modelo corretamente.

Tabela 02 – Estimativas dos modelos *Probit* (*efeitos marginais*) para o Rio Grande do Sul e para o Brasil nos anos de 2005 e 2015.

Variáveis	2005		2015	
	RS	Brasil	RS	Brasil
<i>sexo</i>	0.0468*** (0.00668)	0.0368*** (0.00200)	0.00793 (0.00515)	0.0123*** (0.00137)
<i>branca</i>	0.0155 (0.0104)	-0.000284 (0.00234)	-0.00986 (0.00709)	-0.00201 (0.00134)
<i>idcrianca</i>	0.0824*** (0.0114)	0.0708*** (0.00278)	0.0229*** (0.00628)	0.0197*** (0.00158)
<i>idade_p</i>	-0.000374 (0.000704)	0.000129*** (4.33e-05)	0.000137 (0.000332)	8.39e-05 (8.99e-05)
<i>escolaridade_p</i>	-0.00236 (0.00156)	-0.00222*** (0.000377)	-0.00168 (0.00125)	-0.000608*** (0.000209)
<i>idade_m</i>	0.000221 (0.000736)	9.67e-05 (7.11e-05)	-0.000389 (0.000469)	-6.26e-05 (0.000102)
<i>escolaridade_m</i>	-0.00279** (0.00139)	-0.00231*** (0.000364)	-0.00120 (0.000961)	-0.000530*** (0.000196)
<i>lnrenda</i>	0.00825 (0.00708)	-0.000636 (0.00175)	0.00664 (0.00533)	0.00359*** (0.00100)
<i>area_urbana</i>	-0.0978*** (0.0104)	-0.0645*** (0.00386)	-0.0196** (0.00837)	-0.0215*** (0.00190)
<i>n_compom</i>	0.0177*** (0.00384)	0.00732*** (0.000771)	0.00255 (0.00199)	0.00208*** (0.000510)
<i>dom_cri_0_4</i>	-0.0335*** (0.00821)	-0.0182*** (0.00178)	0.00351 (0.00404)	-0.00552*** (0.00115)
<i>dom_cri_15_17</i>	-0.0277*** (0.00872)	-0.00289 (0.00191)	-0.00354 (0.00568)	0.00151 (0.00144)
<i>Observations</i>	4775	70159	2923	46761
<i>LR</i>	468.86	5924.9	66.122	1093.059
<i>Prob. > LR</i>	0.000	0.000	0.000	0.000
<i>McFadden's R2</i>	0.282	0.214	0.153	0.146
<i>Count R2</i>	0.959	0.950	0.986	0.984

Obs.: *** = significativo a 1% com base no teste z; ** = significativo a 5%; * = significativo a 10%.
Desvio Padrão em parênteses.

Conforme os resultados apresentados na Tabela 2 pode-se analisar que as características pessoais da criança (sexo e idade) se mostram significativas para os dois anos, com exceção para o variável *sexo* no Rio Grande do Sul para o ano de 2015. A variável raça não se mostrou significativa estatisticamente, mostrando que não há efeito em ser *branco* com relação as outras raças no trabalho infantil. Para Kassouf (2002a) a raça da criança também não apresentou significância estatística, já que seus resultados mostram que a porcentagem de crianças brancas que trabalham é muito semelhante a porcentagem de crianças de outras raças.

A variável sexo mostrou que crianças do sexo masculino tem maiores probabilidades de trabalhar que crianças do sexo feminino, para ambos os anos. Resultados parecidos foram encontrados por Kassouf (2002a), que constatou que a maioria das crianças que trabalham no Brasil são do sexo masculino. Fyfe e Jankanish (1997) *apud* Kassouf (2002a) apresentou dados de Gana, Índia, Senegal, Turquia e Indonésia que mostram que crianças do sexo masculino são as que mais se envolvem em atividades econômicas.

A variável que analisa qual é a faixa etária que predomina a presença de trabalho infantil, *idcrianca*, evidenciou que crianças entre 10 e 14 anos apresentam maior probabilidade de estar trabalhando quando comparadas às crianças de 5 a 9 anos de idade para os anos de 2005 e 2015. Em 2005, a criança estar na faixa de idade entre 10 e 14 aumenta a probabilidade de estar trabalhando em torno de 8% no Rio Grande do Sul e 7% a nível nacional. Para o ano de 2015, a probabilidade é de 2,29% (RS) e 1,97% (Brasil).

Quanto ao *background* familiar, as idades, tanto do pai quanto da mãe, não mostraram efeito na inserção no trabalho infantil, pois não foram significativos estatisticamente, com exceção para a idade do pai, para o Brasil no ano de 2005, que mostra uma relação positiva, ou seja, o aumento de um ano na idade do pai contribuiria positivamente na inserção do filho estar trabalhando.

Para o nível de escolaridade dos pais (*escolaridade_peescolaridade_m*) em nível nacional se mostrou uma relação inversa, onde o aumento de escolaridade dos pais reduz a probabilidade de os filhos estarem trabalhando. Enquanto para o nível estadual, somente a escolaridade da mãe, para o ano de 2005, mostrou-se estatisticamente significativa, também com relação inversa. Esses resultados vão de encontro com Kassouf (2002a) que também encontrou um efeito negativo para escolaridade da mãe e do pai no Brasil, ou seja, quanto maior a escolaridade dos pais menor é a probabilidade de ocorrência de trabalho infantil.

A relação entre renda e trabalho infantil não apresentou nenhum efeito, pois os resultados não foram estatisticamente significativos. Há uma exceção no ano de 2015, em que a renda foi significativa apenas para o Brasil, mas com um coeficiente de pequeno impacto. Esse resultado também é encontrado em outros estudos empíricos, como em Ray (2000) e Barros et al. (1994) *apud* Kassouf (2007), que sugerem que a renda não possui uma relação direta com o trabalho infantil.

Características de domicílio também foram analisadas no modelo, como o número de moradores, que mostrou que quanto mais moradores maiores são as probabilidades de a criança trabalhar. Esse resultado pode ser pelo fato da renda ter que ser dividida por mais integrantes na família, o que levaria as crianças a também trabalharem para auxiliar no sustento do domicílio. Quanto a presença de irmãos menores (0 a 4 anos), a variável mostrou-se significativa para todos os anos, e captou um efeito negativo para o trabalho infantil, ou seja, crianças entre 5 e 14 anos que possuem irmãos menores tem menores probabilidades de

trabalhar do que as que não tem. E analisando os irmãos mais velhos (15 a 17 anos) a variável obteve um efeito negativo para o trabalho infantil no ano de 2005 no Estado do Rio Grande do Sul. Resultado que também foi encontrado por Kassouf (2002b) evidenciando que irmãos mais velhos agiriam como substitutos de mão de obra dos irmãos mais novos, reduzindo sua inserção no mercado de trabalho e ainda aumentando as chances de a criança estudar.

E por fim a variável relacionada a área de moradia mostrou que crianças que moram na zona urbana tem menores probabilidades de estarem trabalhando que aquelas que moram na zona rural, em ambos os anos analisados tanto para o Estado do Rio Grande do Sul como também em nível nacional. Kassouf (2007) aponta como justificativa para esse resultado a precariedade da infraestrutura escolar encontrada na zona rural, que aliada a menor taxa de inovação tecnológica em comunidades rurais mais carentes acabam desencorajando a frequência escolar, fato que facilita a absorção dessas crianças em atividades produtivas da agricultura que exijam baixa qualificação. Já na zona urbana, o trabalho infantil pode ser visto como um meio de sobrevivência para as famílias de baixa renda, pois viabiliza uma forma complementar de remuneração (DURYEA; ARENDS-KUENNING,2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho proposto teve por objetivo investigar os fatores que condicionam crianças e adolescentes a entrar precocemente no mercado de trabalho no Brasil e em especial para o Estado do Rio Grande do Sul usando as PNAD's de 2005 e 2015. Com base nos resultados obtidos através do modelo *probit* foi possível identificar que para o Brasil, assim como para o Rio Grande do Sul, no ano de 2005 as variáveis sexo e idade da criança tiveram impacto positivo na ocorrência de trabalho infantil, isto é, ser menino e ter de 10 a 14 anos aumenta a probabilidade de trabalhar em relação as outras crianças da amostra. Já as variáveis de nível de escolaridade da mãe, da zona de residência da família e do número de irmãos mais novos apresentaram efeito negativo ao trabalho infantil na estimação. Desta forma, as crianças analisadas na amostra com mães que possuem maior grau de escolaridade, moram na zona urbana e têm irmãos mais novos reduzem as chances de ingressar de maneira prematura no mercado de trabalho.

Os resultados para o ano de 2015 mostram algumas mudanças quando comparados a 2005 quanto ao grau de significância para o Estado do Rio Grande do Sul. As variáveis sexo (significativa apenas para o Brasil) e idade da criança mantiveram o valor positivo. Logo, ser menino e ter idade entre 10 e 14 anos aumentam as probabilidades de inserção no mercado de trabalho em relação aos outros indivíduos da amostra para o país. Quanto maior for a escolaridade dos pais (*escolaridade_me escolaridade_p*) dessas crianças, menores são as probabilidades de os filhos exercerem trabalho infantil no Brasil.

Acredita-se que a revisão bibliográfica proposta neste estudo permitiu comprovar que o trabalho infantil é um fenômeno complexo influenciado por inúmeros fatores econômicos e sociais. E, para que se estabeleçam políticas públicas capazes de combater ou amenizar o problema, é necessária a compreensão e o estudo da forma como esses determinantes influenciam na incidência do trabalho infantil. Frisando a questão de que as políticas públicas que se destinam a reduzir os índices de trabalho infantil não devem focar apenas em mecanismos de distribuição de renda para as famílias afetadas, visto que há inúmeros outros fatores atuando. Também vale salientar que uma fiscalização eficiente sobre o cumprimento das leis e um maior acompanhamento para averiguar se os recursos utilizados nas políticas socioeconômicas estão realmente sendo bem distribuídos e utilizados pelos beneficiários podem ajudar a elevar a eficiência das políticas públicas.

Este trabalho contribuiu com o estudo dos determinantes da inserção precoce de crianças e jovens no mercado de trabalho no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul. Porém, ainda é necessário que sejam realizadas pesquisas futuras capazes de aprofundar o assunto, e incorporar outras variáveis além de utilizar outras formas de análise dos determinantes.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. A. de. **O programa Bolsa-Família e o trabalho infantil no Brasil**. Viçosa-MG, 2010.

BASU, K. e Z. TZANNATOS. “The Global Child Labor Problem: What do we know and what can we do?” *The World Bank Economic Review*, vol. 17, n.2, 2003.

BEZERRA, M. E. G. **O trabalho infantil afeta o desempenho escolar no Brasil**. Piracicaba, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1998. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acesso em 14 de março de 2016.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto de Criança e do Adolescente (ECA)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> acesso em 14 de março de 2016.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K.; **Microeconometrics – Methods and Applications**. Cambridge. 2005.

CANAMARO, R. J.; OLIVA, J. R. D. **O estado e a sociedade no combate a exploração do trabalho infantil no Brasil**. São Paulo, 2002.

Cartilha do PETI: **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Brasília: MDSCF, 2010.

CECILIO, M. A. **Lavrar e brincar: o trabalho precoce e as consequências para desenvolvimento** – Maringá-PR: Graf. Massoni, 2004. 234 p.

DURYEA, S.; ARENDS-KUENNING, M. **School attendance, child labor and local labor market fluctuations in urban Brazil**. *World Development* (31)7, 2003.

FERRO, A. R. **Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil**. Piracicaba, 2003. Dissertação (mestrado).

FILHO, G. M. E.; CURTI, Z. A.; TOJA, N. F.; CONDE, R. **Trabalho infantil adolescente: impacto econômico e os desafios para a inserção dos jovens no mercado de trabalho no Cone Sul.** São Paulo, Tendências Consultoria Integrada, 2013.

GISLEIA, B. D.; RAUL, M. S. N. **Trabalho infantil e a renda na vida adulta: uma análise para o meio rural brasileiro.** Departamento de Economia – PIMES/UFPE – Recife(PE). Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 78-89, jan./mar., 2014

HILL, R. Carter. **Econometria** / R. Carter Hill, William E. Griffiths, George G. Judge; tradução: Alfredo AlvesFarias; revisão técnica: Edric Martins Ueda. – 3ª Ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> acesso em 15 de março de 2016.

KASSOUF, A. L. **O que conhecemos sobre o trabalho infantil?** Revista Nova Economia 17 (2), p.323-350, 2007.

KASSOUF, A. L. **Trabalho infantil: causas e consequências.** *Estudo apresentado no concurso de Professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP*, 2005.

KASSOUF, A. L. **Aspectos socioeconômicos do trabalho infantil no Brasil.** Brasília: Ministério da Justiça, 2002a. 124 p.

KASSOUF, A. L. **Trabalho infantil: Escolaridade X Emprego.** São Paulo, 2002b.

LOPES, L. J. et al. **Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná.** Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão/ Fecilcam Paraná, 2007.

LOPES, L. J. et al. **Inserção precoce no mercado de trabalho e baixo nível de escolaridade como condicionante do nível de renda no futuro: análise e aplicações de um modelo *probit* para o nordeste brasileiro.** Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão/ Fecilcam Paraná, 2010.

MUNIZ, A. L. Pires. **Os determinantes do trabalho infantil: uma revisão bibliográfica.** Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 7, p.64-79, jan./dez. 2008.

NERI, M. C.; COSTA, D. R. **O Tempo das Crianças.** Rio de Janeiro: FGV, EPGE, 2010 (Ensaio Econômico; 468).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Brasília. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/>>. Acesso em 5 de março de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Medir o progresso na Luta contra o Trabalho Infantil - Estimativas e tendências mundiais 2000-2012 / Bureau. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)** - Genebra: OIT, 2013.

SANTOS, F. C.; PORTELA, A. F. S. **A redução do trabalho infantil e o aumento da frequência escolar na década de 90 no Brasil** – São Paulo, 2010.

SCHWARTZMAN, S.; SCHWARTZMAN, F. **O trabalho infantil no Brasil.** IETS, MIMEO. 2004.

SHIRLEY, P. M.; RAMALHO, H. M. de B. **Trabalho infantil no Brasil: Qual a importância da estrutura familiar?** Departamento de Economia - Programa de Pós-Graduação em Economia– PPG, UFPA, 2011.

VIVIANI, S. L. et al. **Determinantes da inserção precoce no mercado de trabalho em Viçosa, MG: uma abordagem econométrica.** RACE, Unoesc, v.12, n. 2, p. 525-542, jul/dez 2013.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**/Jeffrey M Wooldridge; tradução José Antônio Ferreira; revisão técnica Galo Carlos Lopez Noriega – São Paulo: Cengage Learning, 2013.